



APESP em movimento

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | JUL 2012 | NÚMERO 104

*Novos
representantes
realizam a 1ª reunião
página 2*

*Revalorização da
verba honorária:
Mas por que não?
página 3*

*Conferências Municipais/
Regionais, Estadual e
Nacional: um balanço geral
página 4*



Novos representantes durante solenidade de posse na sede administrativa da Apesp

Com a missão de serem interlocutores da carreira, novos representantes da Apesp tomam posse

Em 18/06, os novos representantes nas Unidades da PGE tomaram posse com a missão de colher os pleitos e reivindicações de toda a carreira, bem como aproximar a voz dos colegas de banca (interior e capital) da diretoria da Apesp. O pleito foi realizado eletronicamente no final de maio (conheça os novos representantes na pag. 02). “Os representantes são fundamentais dentro do conceito de gestão participativa que tanto a diretoria anterior quanto a atual preconizam. No biênio anterior, durante as nossas visitas nas Unidades, nas reuniões periódicas realizadas na sede da Apesp e, até mesmo, em contatos telefônicos, pudemos colher – por intermédio dos representantes –

sugestões, críticas, pleitos, necessidades de colegas da capital e de todo o interior. Considero tal atuação fundamental para a construção de uma Instituição mais forte, moderna e estruturada”, registrou Márcia Semer, presidente da Apesp.

Participe da gestão!

Associado: procure o representante de sua Unidade para levar as suas ideias, críticas e reivindicações! A sua participação na construção de uma PGE forte é fundamental!

Novos representantes realizam a 1ª reunião

Na primeira reunião dos representantes eleitos, diversos temas que afligem os colegas de todas as Unidades foram abordados. Inicialmente, a presidente Márcia Semer relembrou o repúdio externado pela carreira ao anteprojeto de LOPGE



Novos representantes em sua primeira reunião!

Diretoria da Apesp agradece os representantes do último biênio!

A diretoria da Apesp externa seu agradecimento à atuação dos representantes da Apesp nas Unidades no último biênio:

- *Tânia Henriqueta Lotto (ex-representante dos aposentados e atual vice-presidente da Apesp);*
- *Beatriz Couto Tancredo (ex-representante da PR1);*
- *Rogério Pereira da Silva (ex-representante da PR3 e atual conselheiro assessor da Apesp);*
- *Thiago Camargo Garcia (ex-representante da PR4);*
- *Ana Carolina Izidorio Davies (ex-representante da PR7);*
- *Fábio Imbernom Nascimento (ex-representante da PR8 e atual diretor de patrimônio e esportes da Apesp);*
- *Vinícius Lima De Castro (ex-representante da PR9 e atual conselheiro fiscal da Apesp);*
- *Mohamed Ali Sufen Filho (ex-representante da PR10);*
- *Renato Bernardi (ex-representante da PR11);*
- *Patrícia Helena Massa Arzabe (ex-representante na PGE em Brasília);*
- *Olga Luzia Codorniz de Azeredo (ex-representante na PPI);*
- *Tânia Ormeni Franco (ex-representante na Judicial);*
- *Leonardo Gonçalves Ruffo (ex-representante na Coordenadoria das Autarquias).*

e a inoportunidade de uma alteração legislativa no atual contexto. Observou ainda que o texto revisado da LOPGE mantém fundamentalmente o texto original rejeitado pela carreira, razão porque, somada ao fato das discussões promovidas pelo Gabinete não terem contemplado em seu convite as entidades de classe, a Apesp se manifestará conclusivamente sobre o projeto quando sua versão final for apresentada.

Durante o encontro debateu-se também a premissa da criação de uma carreira de apoio na PGE SP, uma vez que a situação nas Unidades é dramática pela falta de apoio administrativo. Os demais tópicos abordados foram: i) autonomia financeira e administrativa das PGEs; ii) a defesa dos agentes públicos; iii) proposta de regulamentação de diárias próprias dos procuradores; iv) revisão da resolução da GAE; v) padronização na atuação das CJs; vi) remoções na área da Consultoria; vii) número de vagas nas Unidades da PGE; viii) importância da intimação pessoal; ix) excesso de deslocamentos nas Procuradorias Regionais.

Conheça os novos representantes da Apesp!

PR 1: Eduardo Fronzaglia Ferreira

PR 2: Márcia Elisabeth Leite

PR 3: Cristina Mendes Miranda de Azevedo

PR 4: Eduardo Luiz de Oliveira Filho

PR 5: Antonio Augusto Bennini

PR 6: Paulo Roberto Vaz Ferreira

PR 7: Roberto Mendes Mandelli Júnior

PR 8: Luciano Pupo de Paula

PR 9: Cláudia Alves Munhoz Ribeiro da Silva

PR10: Nilton Carlos de Almeida Coutinho

PR11: Marco Antonio Baroni Gianvecchio

PR12: Regina Marta Cereda Lima

PGE em Brasília: André Brawerman

Procuradoria Fiscal: Regina Celi Pedrotti Vespero Fernandes

Procuradoria Judicial: Roberta Callijão Boareto

PPI: Mariana Beatriz Tadeu de Oliveira

Área da Consultoria e órgãos complementares: José Fabiano de Almeida Alves Filho e Manoel Francisco Pinho

Coordenadoria das Autarquias: Danilo Barth Pires

Aposentados: Maria Inês de França Melo Pereira

MAS, POR QUE NÃO?

Já estamos em meados do mês de junho e a discussão sobre o reajuste da VH para 2012 segue tema fora da pauta para o comando institucional.

Obnubilado pela ideia fixa de encaminhamento de projeto de alteração da lei orgânica da PGE – projeto esse rejeitado pela maioria absoluta da carreira, quer no que concerne à sua conveniência, quer no que diz respeito à sua oportunidade – o Procurador Geral vem se recusando a buscar qualquer reajuste remuneratório no ano em curso.

MAS, POR QUE NÃO?

Mostram os números que os níveis iniciais da carreira não atingiram a equivalência remuneratória com as carreiras jurídicas paradigmas da magistratura e ministério público.

Mostram ainda os números que só no último quadrimestre a arrecadação da dívida ativa, e, por consequência, da verba honorária, teve um incremento da ordem de 30% (trinta por cento), e isso sobre a arrecadação de 2011 que, por sua vez, superou a de 2010.

Mostram por fim os números que, com 70% (setenta por cento) da carreira no teto, o impacto financeiro de reajuste que garanta a paridade remuneratória acima referida a todos os procuradores do Estado não ultrapassa os 3% (três por cento) do valor necessário ao pagamento mensal atual.

Então vem a pergunta: MAS, POR QUE NÃO?

Vivemos, talvez como nunca, condições extremamente favoráveis para que se busque o reajuste: (i) vimos obtendo, conforme

informações divulgadas no Conselho, um enorme incremento na arrecadação (repita-se, 30% só no último quadrimestre); (ii) é reduzida a parcela de efetivos beneficiários do reajuste (em torno de 30%); (iii) o impacto financeiro da obtenção da paridade é mínimo (menos de 3% da despesa mensal atual).

Assim, mais uma vez: MAS, POR QUE NÃO?

Estaríamos, novamente, como no passado não muito distante, trocando o reajuste pelo concurso de ingresso? Seria necessária essa troca quando experimentamos o incremento da arrecadação em impressionantes 30% (trinta por cento)?

Colegas, a obtenção de reajuste da VH em momento de forte incremento da arrecadação da dívida ativa deveria ser um imperativo para qualquer comando institucional, notadamente quando há colegas que dele podem imediatamente se beneficiar.

Abrir mão de buscar o reajuste ou se recusar a fazê-lo não é atitude que prestigia a carreira, nem a instituição.

A omissão no futuro pode custar caro a todos, mas seu resultado próximo atingirá em cheio nossos jovens profissionais, que com um possível destravamento do teto apenas amargarão a ampliação de seu diferencial remuneratório com as carreiras jurídicas paradigmas.

Daí nosso INCONFORMISMO: MAS, POR QUE NÃO?

A Diretoria

Lei Orçamentária/2013: participe da audiência pública eletrônica!

Vamos mostrar ao Governo a necessidade da criação de carreira de apoio!

Associado, todos nós podemos participar da elaboração do Orçamento Público Estadual de 2013, enviando sugestões para “Audiência Pública Eletrônica sobre a Lei Orçamentária (LOA)”.

É só entrar no site (www.planejamento.sp.gov.br/LOA), escolher o órgão “Procuradoria Geral do Estado” e indicar o investimento, bem como os programas de Governo que entender mais relevantes para o desenvolvimento da instituição e do próprio Estado.

A diretoria da Apesp já contribuiu ao escolher três pontos que exigem investimento na PGE SP: **criação de carreira de apoio,**

criação de setor de conciliação e criação de setor de recuperação de ativos.

Mas a participação de todos é fundamental! A Apesp convida os associados a se manifestarem para juntos alertarmos o governo para as reais necessidades da PGE!

Envie sua proposta também na qualidade de cidadão paulista e ajude a construir uma PGE e um Estado fortes!

Vamos todos expressar as necessidades da PGE para 2013!

Não deixe de dar a sua opinião! Sua palavra vale muito e é simples participar!

APESP NA CONSOCIAL

Conferências Municipais/ Regionais, Estadual e Nacional: um balanço geral

Encerrou-se a primeira CONSOCIAL. E com ela a participação da APESP, representada por sua vice-presidente, Tânia Lotto, na Comissão Organizadora Estadual – COE. No Estado de São Paulo, ocorreram 121 etapas preparatórias da Conferência Estadual, contando com a participação de 151 municípios. Dessas conferências, 11 haviam sido convocadas pela sociedade civil e 110 pelo poder público. Consideradas as 48 regiões de governo do Estado, 43 realizaram suas conferências, o que abrangeu 97% da população paulista. A presidência da Consocial em São Paulo foi do corregedor-geral da Administração do Estado de São Paulo, Gustavo Ungaro. Naquelas etapas foram extraídas 1828 diretrizes/propostas, as quais foram encaminhadas à COE, e por ela sistematizadas e distribuídas pelos quatro eixos temáticos: I – promoção da transparência pública e acesso à informação e dados públicos; II – mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública; III – a atuação dos conselhos de políticas públicas e IV – diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção. Da sistematização resultaram 855 propostas/diretrizes. Também foi realizada e encerrada a etapa virtual paulista, tendo sido apresentadas 440 propostas que já haviam sido sistematizadas pela COE e priorizadas, na etapa estadual, 20 diretrizes/propostas. No âmbito nacional, foram aprovadas 80 diretrizes/propostas, contemplando, no ver dos delegados paulistas que dela participaram, a sociedade de maneira satisfatória (a íntegra pode ser acessada no site da Consocial e da CGU). Ademais, como resultado da realização da Consocial, em suas etapas municipal e estadual, instalou-se em São Paulo – Capital o Fórum Municipal de Transparência, estando em vias de instalação o Fórum Estadual de Transparência e Controle Social.

Atenção: o Corregedor-geral da Administração do Estado de São Paulo, Gustavo Ungaro, é um dos entrevistados do programa “Argumento – Advocacia em Ação”. A íntegra do programa encontra-se no site www.apesp.org.br. Assista!



ASSOCIAÇÃO DOS
PROCURADORES
DO ESTADO DE
SÃO PAULO

APESP

Diretoria Gestão 2012/2013

Presidente

Márcia M. Barreta Fernandes Semer

Vice-Presidente

Tânia Henriqueta Lotto

Secretária-Geral

Shirley Sanchez Tomé

Diretor Financeiro

José Carlos Cabral Granado

Diretora Social e Cultural

Marcia Junqueira Sallowicz Zanotti

Diretora de Previdência e Convênios

Anna Candida Alves Pinto Serrano

Diretor de Patrimônio e Esportes

Fábio Imbernom Nascimento

Diretor de Comunicação

Rafael Camargo Trida

Diretor de Assuntos Legislativos e Institucionais

Sebastião Vilela Staut Jr.

Diretor de Prerrogativas

Caio Cesar Guzzardi da Silva

Conselho Assessor

Adriana Moresco, José do Carmo Mendes Junior,

Márcio Henrique Mendes da Silva,

Maria Christina Tibiriçá Bahbouth,

Maria Clara Gozzoli, Rogério Pereira da Silva

Conselho Fiscal

João Cesar Barbieri Bedran de Castro,

Marcelo de Carvalho, Vinicius Lima de Castro

Edição e redação de textos

Cristiano Tsonis (MTB 30.748)

Fotos

Ricardo Lucas

Projeto gráfico Fonte Design

Tiragem 1.900 exemplares

Acesse a versão on-line do APESP EM MOVIMENTO no site <www.apesp.org.br>. Publicação periódica distribuída gratuitamente pela Apesp.